



Câmara dos Deputados
Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional

3872

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2006

Solicita informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre a aquisição de terras pelo sueco Johan Eliash, no estado do Amazonas.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, e nos art. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno solicito a Vossa Excelência sejam solicitadas informações ao Sr. Waldir Pires, Ministro de Estado da Defesa, no sentido de esclarecer esta Casa quanto ao conhecimento, acompanhamento e providencias adotadas acerca da compra de 161.874 hectares de terras pelo sueco Johan Eliash, às margens do rio Madeira, no estado do Amazonas.

JUSTIFICAÇÃO

Foi amplamente divulgada pela imprensa a notícia de que o Magnata sueco Johan Eliasch, 43 anos, presidente da empresa de equipamento esportivo Head e vice-tesoureiro do Partido Conservador britânico, adquiriu, em condições de legalidade pouco claras, um terreno de mais de 161 mil hectares, às margens do Rio Madeira, nos municípios de Manicoré e Itacotiara, no Estado do Amazonas.

[Assinatura]



Câmara dos Deputados
Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional

Se efetivados nos moldes divulgados pela imprensa, são patentemente ilegais tanto a compra da referida área quanto o possível loteamento da Amazônia entre estrangeiros, segundo o que estabelecem as Leis nº 5.709/71 e nº 8.629/93. Não bastasse a infringência da lei, é por demais preocupante a intenção do Sr. Eliash, demonstrada em matérias jornalísticas, de lotear a Amazônia entre estrangeiros interessados em preservá-la, chegando a fazer estimativas de gasto de US\$ 50 bilhões.

Além do despautério de querer lotear toda a Amazônia, também causa indignação o convite feito por ele a cientistas estrangeiros para virem pesquisar a flora e a fauna amazônica, como se propriedade particular fossem e como se o Brasil fosse uma terra sem lei.

Diante da gravidade do assunto, que afeta o interesse estratégico do País, julgamos necessário contar com o pronunciamento do Ministro da Defesa acerca do caso relatado, apontando, inclusive, as providências que seu Ministério pretende adotar de modo a evitar que se repitam transações como esta.

Sala das Sessões, em 09 de maio de 2006.

Deputado Miguel de Souza
Presidente da Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de
Desenvolvimento Regional